



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

10 e 11 de setembro de 2016

Diário Catarinense
De Ponto a Ponto
"Ideb 2015"

Ideb 2015 / Escola Estadual Januária Teixeira da Rocha / Campeche / Índice de Desenvolvimento da Educação Básica / Ideb / Florianópolis / Colégio de Aplicação / UFSC / Escola de Educação Básica Altamiro Guimarães / Antônio Carlos / Ministério da Educação



ANA PAULA BITTENCOURT
ana.bittencourt@horasc.com.br

Ideb 2015

É impossível não notar que a aula de educação física na Escola Estadual Januária Teixeira da Rocha, no Campeche, é realizada em um espaço reduzido. Do mesmo jeito, a biblioteca da escola se restringe a três estantes e apenas 10 computadores compõem a sala de informática. Mesmo com dificuldades, a escolinha venceu o desafio do aprendizado e foi a escola pública com melhor nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em Florianópolis – uma das únicas, com o Colégio de Aplicação da UFSC, que obteve nota maior do que 7 na pesquisa que avaliou as crianças dos 5º e 9º anos em 2015.

Da região metropolitana, apenas a Escola de Educação Básica Altamiro Guimarães, de Antônio Carlos, aparece na lista, em primeiro entre as escolas estaduais, com nota 7,8. A média entre as escolas públicas da Capital nos primeiros anos do ensino fundamental, ultrapassou a meta do Ministério de Educação para 2015 (5,3) e chegou a 5,7 – 0,1 maior do que em 2013. Já os dados dos últimos anos do ensino fundamental preocupam. A nota aumentou em relação a 2013, de 3,8, para 4,6, mas a meta era 4,9. As metas seguem não atingidas nos anos finais.

** Informações da repórter Carolina Stingham*

Diário Catarinense
Visor
"Busão no campus"

Busão no campus / 12ª Salão Latino-Americano de Veículos Elétricos / Ônibus elétrico / UFSC / Energia solar

BUSÃO NO CAMPUS

Foi apresentado no 12º Salão Latino-Americano de Veículos Elétricos um ônibus 100% elétrico que fará o transporte de alunos, professores e técnicos da UFSC. O veículo, que começa a funcionar em dezembro, será recarregado em estação com energia solar e terá emissão zero de poluentes.

Diário Catarinense - Nós "Brado retumbante"

Brado retumbante / Florianópolis / Michel Temer / Dilma Rousseff / Beira-Mar Norte / Lula / Polícia Federal / Fora Temer / Diretas Já / União Catarinense das e dos Estudantes / UCE / Yuri Becker / União da Juventude Socialista / UJS / Fafá Capela / UFSC / PEC / Dante de Oliveira / Ditadura Militar / Tancredo Neves / Marcello Peregrino Ferreira / Tribunal Regional Eleitoral / TER / Rodrigo Maia / Renan Calheiros / Ricardo Lewandowski / Golpe / Consolidação das Leis do Trabalho / CLT / Getúlio Vargas / Reforma da Previdência / Novo Regime Fiscal / PSC 241 / Saúde / Educação / Alceu de Oliveira Pinto Jr / Mirian Eller Silva



BRADO RETUMBANTE

O GRITO DE milhares de manifestantes em Florianópolis – e no país – pela saída de Michel Temer dão o tom do cenário pós-impeachment e apontam desafios do novo governo

EMERSON GASPERIN
emerson.gasperin@diariocatarinense.com.br

Primeira e unicamente, "fora Temer". Muitas são as bandeiras defendidas pelos manifestantes nas ruas de Florianópolis. Em ordem alfabética, tem estudante e feminista, afrodescendente e trabalhador, gay e até o cidadão que não sustenta nenhuma em especial: o independente, como os ativistas se referem ao participante que não pertence a este ou aquele movimento. Tem quem não votou em Dilma Rousseff nem cogita a possibilidade de ver o retrato dela pendurado de novo em tudo quanto é reparação pública, tem eleitores arrependidos, tem inconformados com sua destituição.

São bem mais que os "40 quebradores de carros" previstos pelo alvo dos protestos que já ganhou nomes como "Setembrada" ou "Levante da Primavera". No ato do último dia 6, o terceiro e maior desde a confirmação do impeachment por 61 senadores, foram milhares de pessoas – conforme a calculadora, de cinco a 40 mil, o bastante para enlascar a capital catarinense no noticiário nacional. O que dá liga nesse caldo tão diverso de referências e ex-

pectativas é o brado pela saída do ex-vice alçado à presidência com a queda da petista reeleita por 54 milhões de brasileiros em 2014 para comandar o país até 2018.

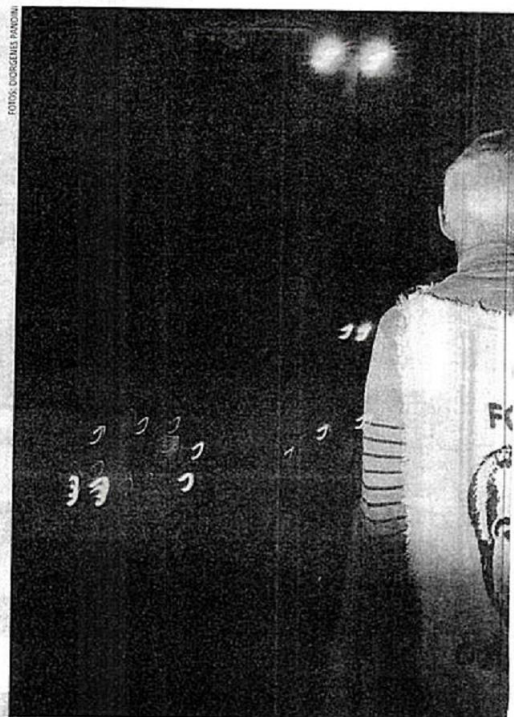
Sem carros de som, o sentimento da multidão reunida na noite de terça na Beira-Mar Norte era amplificado no gôgô mesmo, no máximo com o auxílio de instrumentos de percussão. Os prédios que em março se iluminavam para saudar a passagem da marcha contra a corrupção simbolizada pela gestão de Dilma e seu antecessor, Lula, ouviam impassíveis – se é que ouviam – as rimas entoadas a partir do bolso do trapiche da avenida:

"Se não há igualdade (para os pobres), que não haja paz (para os ricos)."

"Illa da magia, ela é do povo, não é da burguesia."

"Olha que piada, bate panela mas quem lava é a empregada."

Seis meses atrás, os moradores de um dos metros quadrados mais caros da cidade viram o dobro de gente seguir à direita, rumo à Polícia Federal. Na véspera do feriado da Independência, a direção tomada foi à esquerda, em sentido ao terminal de integração do centro (Ticen). A luta de classes evidente nos slogans e o acaso ideológico do itinerário, porém, tornavam-se apenas



detalhes curiosos diante da prioridade da manifestação e sua consequência, que implica em mudança das palavras de ordem.

— Um pessoal acha que promover eleições agora seria a consolidação do golpe. Mas podemos dizer que 90% pretendem avançar do 'Fora Temer' para o 'Diretas Já'. Ele não tem a menor condição de permanecer no governo. Queremos que a população decida quem deve presidir o Brasil — diz o presidente da União Catarinense dos Estudantes (UCE), Yuri Becker.

Aos 23 anos e em seu segundo mandato em uma das várias associações, frentes e coletivos que se alinham nos recentes protestos, o aluno de Direito do Cesusc acredita que só antecipando o pleito previsto para 2018 para reunificar o país e "preservar a nossa tão suada democracia". À frente de outra das entidades que engrossam a mobilização, a União da Juventude Socialista (UJS), Fafá Capela, 24, sustenta posição semelhante. Segundo a futura cientista social pela UFSC, o projeto do peemedebista não é legítimo porque não foi submetido ao crivo popular.

— Nossa concepção inicial era de que Dilma retornasse e fizesse um plebiscito para realizar novas eleições. Como não foi possível, nos reorganizamos para exigir a soberania do voto. Mesmo quem discordava de Dilma não concorda com Temer na presidência — completa.

Em 1983, o movimento Diretas Já agregou a sociedade insatisfeita com o rodízio de presidentes-generais chancelados pelo Congresso. Em Florianópolis, o comício da campanha reuniu 20 mil pessoas no largo da Catedral. No entanto, a adesão de intelectuais, artistas e políticos de oposição, com a mídia a reboque, não bastou para que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do deputado Dante de Oliveira com essa finalidade fosse aprovada. A ditadura militar seria interrompida em 1985, ainda assim com Tancredo Neves eleito exclusivamente pelos parlamentares. O povo voltaria a escolher o presidente somente em 1989.

Em sua versão 2016, que nada indica a reivindicação terá vida mais fácil.

Além de toda uma rede de suporte a ser conquistada — o que inclui, principalmente, os corações e mentes da população — o entrave legal mostra-se, a princípio, intransponível. Se as pedaladas fiscais que fundamentaram o afastamento de Dilma se justificam, se foi um processo político ou um golpe, é discussão que envolve ferrenhos defensores de todos os lados. O fato é que, à luz puramente da Constituição, a eleição para presidente abrange a do vice registrado na chapa. Com a vacância ou, o que acabou ocorrendo, o impeachment da titular, Temer assumiu. Não estão previstas formas de redução dos mandatos presidenciais ou um recall na hipótese de reprovação popular ou perda do apoio parlamentar.

— Queiramos ou não, o impedimento passou pela Corte Constitucional, que pode ter um déficit de controle democrático, mas é o órgão ao qual a Constituição outorga a primazia da última palavra sobre o Direito. Sob o prisma da atual legislação, para a realização de eleições diretas à presidência antes de 2018 teria que haver um 'golpe', aqui conceituado como a ruptura da ordem jurídica — explica o advogado Marcello Peregrino Ferreira, ex-juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e especialista em Direito Constitucional, usando exatamente o termo do qual Temer e seus aliados são acusados pelos opositores de terem promovido.

Pela linha sucessória, deposto Temer assumiriam em sequência os presidentes da Câmara (hoje, Rodrigo Maia, do DEM-RJ), do Senado (Renan Calheiros, do PMDB-AL) e, por fim, o do Supremo Tribunal Federal (ministro Ricardo Lewandowski), que tomaria posse com a obrigação de convocar novas eleições em 90 dias. Em caso de tanto o presidente quanto o vice não poderem exercer o cargo nos dois últimos anos de mandato, a eleição seria feita pelo Congresso Nacional, valendo pelo período a ser cumprido. É o que, sem trocadilho, teme Becker, da UCE.

— Desconfiamos que esse Congresso está se articulando para aprovar o impeachment de Temer no início de 2017 e eleger o presidente para o resto do mandato — afirma o estudante.



**A ELEIÇÃO DIRETA
SERIA VIÁVEL SE
O JOGO DEMONSTRASSE
A ENTENDESEI
NECESSÁRIA E
UM GRANDE CO
LEGISLATIVO, J
EXECUTIVO**

MARCELLO PEREGRINO FERREIRA
Ex-juiz do TRE e especialista



**A SOMENTE
OS ATORES
RÁTIKO
COMO
DUVESSE
SENSO ENTRE
DICIÁRIO E**

VO FERREIRA,
em direito constitucional

Suspeitas à parte, nem a alternativa do plebiscito seria factível sem desrespeitar a carta magna. De acordo com Ferreira, mesmo a democracia direta tem limites impostos pela Constituição. Não é permitido, por exemplo, propor uma consulta popular para analisar a aprovação da pena de morte ou do trabalho escravo. São as chamadas cláusulas pétreas, que não aceitam relativizações para evitar que em momento de comoção social seja possível recorrer a "expedientes populistas que, geralmente, querem subverter o governo das leis, com o apoio das maiorias". Um referendo sobre Diretas Já, na sua avaliação, entraria nessa categoria.

- A menos que os atores do jogo democrático entendam a eleição direta como necessária e, em um grande consenso entre Legislativo, Judiciário e Executivo, isso seja feito - aponta.

Apesar de excepcional, esse cenário anima Becker, Fafá e os demais entusiastas da campanha por eleições imediatas. O dirigente da UCE reconhece os obstáculos jurídicos para concretizá-las, mas valoriza a força da população nas ruas - capaz de, para ele, "sensibilizar" os deputados de olho em futuros votos. Ou, como reitera a presidente da UJS, "a mobilização popular forte a ponto de pressionar o Congresso a aceitar a ideia".

Enquanto os manifestantes se encaminham para o centro da cidade, do núcleo da aglomeração as recomendações vão se irradiando de boca a boca. A medida que um grupo as ouve, repete-as para que em instantes todos fiquem cientes. "As pessoas que precisarem de cuidados médicos devem procurar as equipes de primeiros socorros, identificadas por cruzes vermelhas ou brancas", ecoa o jorral. A preocupação com o bem-estar logo é substituída pelo slogan que toca nas medidas mais polêmicas - ousadas ou imprescindíveis para a "retomada do crescimento", dependendo do ângulo - atribuídas ao governo Temer.

"Não tem arrego, você tira os meus direitos e eu tiro o seu sossego."

“

UM PESSOAL ACHA QUE PROMOVER ELEIÇÕES AGORA SERIA A CONSOLIDAÇÃO DO GOLPE. MAS PODEMOS DIZER QUE 90% PRETENDE AVANÇAR DO 'FORA TEMER' PARA O 'DIRETAS JÁ'. ELE NÃO TEM A MENOR CONDIÇÃO DE PERMANECER NO GOVERNO. QUEREMOS QUE A POPULAÇÃO DECIDA QUEM DEVE PRESIDIR O BRASIL

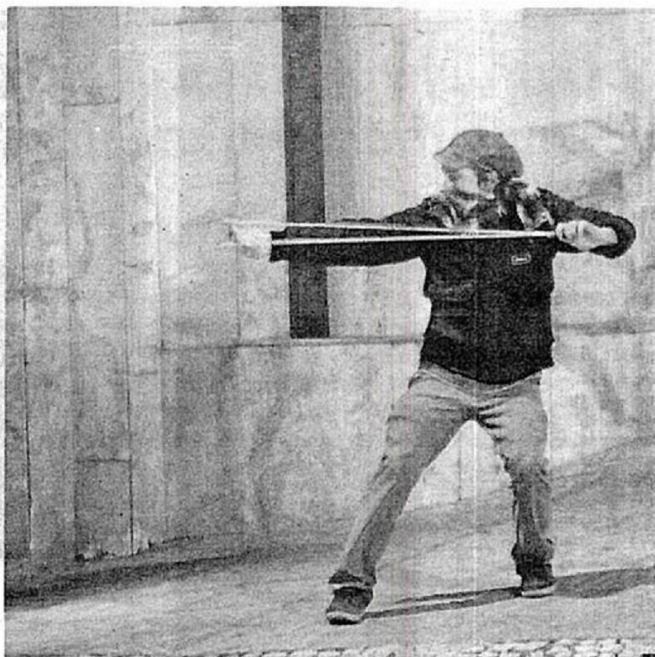
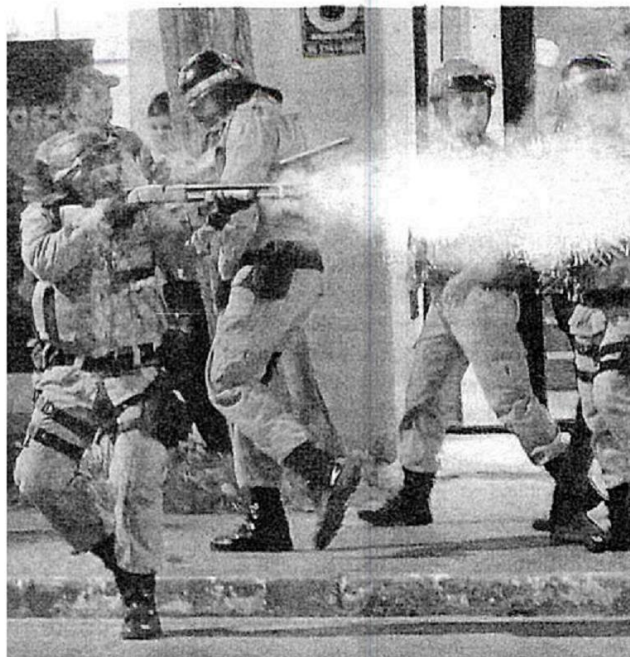
YURI BECKER,

Presidente da União Catarinense dos e das Estudantes (UCE)

Os versos miram sobretudo três propostas que, ainda na interinidade, o peemedebista anunciou no documento Ponte para o Futuro. A começar pela atualização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Assinada por Getúlio Vargas em 1943, durante o ditatorial Estado Novo, a CLT regulamenta as relações entre patrões e empregados, como registro, carga horária, férias e fiscalização. No programa defendido por Temer, a abordagem ao tema resume-se a "na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos".

Por trás da redação sucinta desdobram-se alterações que prometem a melhora na economia por meio do incremento da produtividade e da redução dos encargos. Na prática, estão itens como a terceirização, a livre negociação e carga horária de até 12 horas diárias, desde que não ultrapasse o teto semanal de 48 horas. O ministro da pasta, Ronaldo Nogueira, assegurou que nada disso suprimirá direitos dos trabalhadores. Pelo contrário, afirmou, seriam passos importantes para criar novas vagas para os mais de 11 milhões de brasileiros atualmente desempregados.

Outra medida questionada é a reforma da Previdência, cujo déficit chegou a R\$ 88 bilhões em 2015 e, estima o Tesouro, deve superar os R\$ 160 bilhões neste ano. Mantidos os parâmetros atuais, a tendência é esse buraco se acentuar. Projeções apontam que o número



de idosos irá saltar de 11,7% da população para 33,7% até 2060. Com menos contribuintes, mais beneficiários e benefícios pagos durante mais tempo em função do aumento da expectativa de vida, não há “matemática” que dê jeito.

Grosso modo, para estancar a sangria o governo estuda unificar todos os regimes a partir de uma idade mínima e desvincular o piso da aposentadoria ao salário mínimo (R\$ 880). Pelas contas do Tesouro, a reforma iria reduzir a diferença negativa entre arrecadações e pagamento de benefícios para R\$ 140 bilhões em 2017.

O terceiro projeto atende pela alcinha de Novo Regime Fiscal (PEC 241), a fórmula encontrada pelo Planalto para conter as despesas federais. Nesse caso, a controvérsia gira em torno da modificação dos critérios para cálculo dos gastos em saúde e educação, duas áreas atreladas a percentuais da receita. O texto prevê que os valores mínimos de aportes em ambas serão corrigidos pela variação da inflação do ano anterior.

– É um pacote de maldades, uma agenda de retrocessos que atinge as camadas menos favorecidas. Enfraquece o poder de barganha dos trabalhadores, obriga minha geração a trabalhar até 70 anos e congela os investimentos em saúde e educação – analisa Becker.

A batalha decisiva para os líderes dos movimentos anti-Temer está em convencer a população da tese de que ela será a maior prejudicada com medidas como essas. A tática requer informação, conscientização, ação – e, em se tratando do pai de família que, mesmo sem morrer de amores pelo pai de Michelzinho, encara os protestos com olhar ressabiado, persuadi-lo a não associá-los às cenas de vandalismo e violência verificadas no segundo ato, no dia 2.

– Sempre mostramos vontade de dialogar e procuramos evitar confrontos com a polícia, mas não temos como controlar todo mundo – garante o presidente da UCE.

A PM tem. Em casos extremos, está credenciada a usar a força, disparando balas de borracha, lançando gás lacrimogêneo e descendo o cassetete no lombo daqueles que, segundo o comando, a desafiaram e/ou depredaram patrimônio público e privado. Na terça, manifestantes e militares, certos de que a imagem de todos saiu arranhada

dos incidentes de sexta, observaram regras de coexistência pacífica. Os fardados acompanhando o cortejo a distância, prontos para coibir qualquer excesso. Os ativistas, brandindo as bandeiras dentro das regras estabelecidas e tirando uma casquinha ao cruzar a frente da guarnição da corporação situada embaixo da cabeceira da ponte Hercílio Luz: “Que coincidência, não tem PM, não tem violência”.

A despeito da provocação, a disposição era para que tudo transcorresse na santíssima paz. Quando a manifestação chegou à bifurcação perto do Terminal Rita Maria, alguns participantes fizeram menção de enfrentar os guardas ali postados para impedir que seguissem em direção à ponte Colombo Salles. A atitude, que colocaria por água abaixo todo o esforço para que não houvesse conflitos, foi repudiada pelos mais sensatos, que gritavam para continuar reto rumo ao Ticen, como o acordado previamente. A brava-ta acabou com flores sendo oferecidas aos PMs.

– Os responsáveis pela segurança pública tiraram algumas lições dessas manifestações. A polícia não está lidando com bandidos, com marginais. Não é uma questão criminal, é de controle social, de contenção de multidão. Atuar com uso da força pode causar uma reação muito pior. Aí entra a argumentação, a negociação. E é da PM que se espera esse tipo de bom senso, não de movimentos que se apresentam como sem liderança, para garantir o livre direito à manifestação e tratar o bloqueio de vias públicas com cuidado – acredita o professor de Criminologia e de Direito Penal da Univali, Alceu de Oliveira Pinto Jr.

Em relação aos movimentos, o especialista não é tão taxativo porque “reúnem pessoas com diferentes motivações. Tem a turma que quer expressar sua opinião, tem a turma que quer causar tumulto. O manifestante que é pacífico tem que ficar mais engajado em colaborar com a polícia”.

A dona de casa Miriam Eller da Silva, 54 anos, casada com um dentista e mãe de três filhos, aprovou o protesto. Ela é uma “independente”, veio como cidadã. Eleitora de Dilma, admite que o PT se lambuzou com a corrupção, mas o legado de 13 anos do partido no governo do país “não é essa desgraça, é ter tirado 30 milhões de brasileiros da pobreza”. Identificou gente querendo o retorno da ex-presidente e gente querendo a revolução total irmanadas pelo “fora Temer”. Promete voltar – da próxima vez, trazendo a família inteira.

Nova coleção é lançada na capital / Grande Florianópolis / Projeto social / Comunidades Carentes / Samuel Schmidt / Florianópolis / Thaila Ayala / Projeto Cidades Invisíveis / Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC / Danuza Labanca Rocha

Nova coleção é lançada na Capital

VALOR ARRECADADO COM peças que fazem parte de projeto social será revertido para comunidades carentes de Florianópolis

GABRIELE DUARTE

gabriele.duarte@diariocatarinense.com.br

Alguém que vive privado de moradia, saneamento básico, água potável, educação e emprego tem vez a partir da lente de Samuel Schmidt. Desde 2012, ele visita as comunidades mais pobres da Grande Florianópolis – Frei Damião, Chico Mendes, Vila Aparecida e Monte Cristo, por exemplo – para fotografar e, principalmente, criar e manter laços afetivos com quem é carente até de atenção. Na sequência, Samuel reúne artistas brasileiros e internacionais para fazerem uma releitura das fotografias dele. O resultado é estampado em roupas, acessórios e telas. Neste sábado, uma nova coleção será lançada em Florianópolis com a atriz global e apoiadora Thaila Ayala.

A venda de nove modelos de camisetas é uma das ações que ele mantém há cinco anos no projeto Cidades Invisíveis (www.cidadesinvisiveis.com.br). Além de mostrar os produtos artísticos a quem serviu de inspiração, a iniciativa garante cestas básicas, material escolar, aulas de empreendedorismo, oficinas culturais e palestras sobre saúde.

– É uma realidade invisível que não conseguimos enxergar em nosso cotidiano. Ali há crianças, mulheres, adultos e idosos que precisam da nossa atenção e do nosso cuidado porque eles também fazem parte da mesma sociedade. Muitos não têm nem espelho dentro de casa e, quando a gente leva a foto revelada, eles chegam a pendurar na sala – conta, orgulhoso.

Para Samuel, que também é advogado, a essência do projeto consiste no conceito de direito à cidade (*leia mais ao lado*).



João Pedro / Thais



CIDADES INVISÍVEIS

i SERVIÇO DC

O quê: preview da nova coleção de camisetas do projeto Cidades Invisíveis com a participação da atriz Thaila Ayala

Quando: sábado, às 10h

Onde: Rua Acácio Melo, 85, Jurerê Internacional, Florianópolis

Quanto: gratuito

Imagens registradas pelo fotógrafo são recriadas por artistas convidados por ele e viram estampas de camisetas

O DIREITO À CIDADE

O conceito de direito à cidade, regulamentado pelo Estatuto da Cidade (lei federal 10.257), ganhou força após as manifestações de junho de 2013. A legislação sobre política urbana garante acesso às cidades sustentáveis, onde devem ser garantidos os direitos a terra, moradia, saneamento, infraestrutura, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer. Na prática, isso nem sempre ocorre, conforme explica a mestre em Servi-

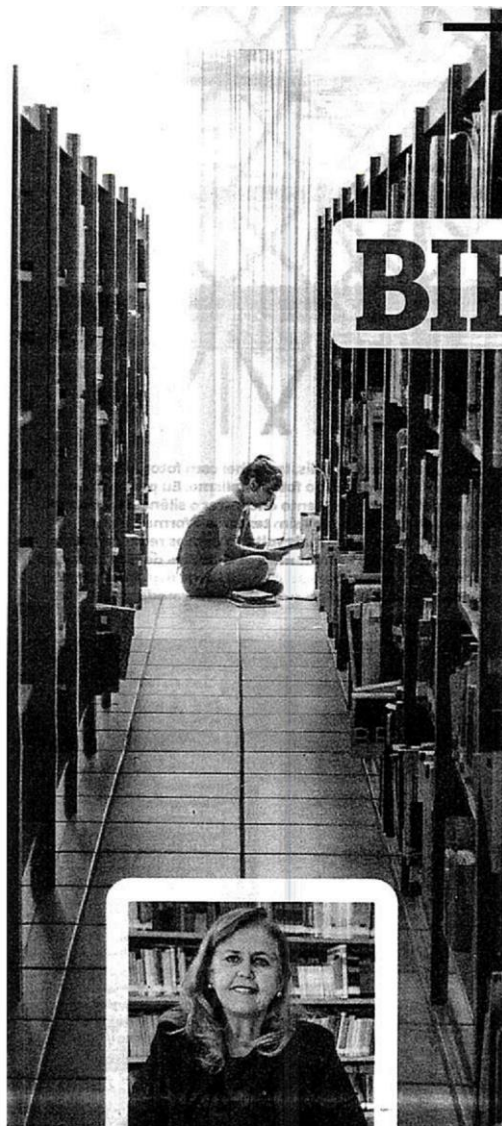
ço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Danuza Labanca Rocha: – Com a urbanização, grande parte da sociedade urbana se constitui e se forma sobre as ruínas da cidade, em precárias condições de vida, gerando a favelização e a falta de fornecimento e manutenção de transporte, moradia e saneamento. Sem intervenção judicial, a tendência é as comunidades se afastarem mais das cidades.

Notícias do Dia Plural

“Como será a biblioteca do futuro”

Como será a biblioteca do futuro / Sri Lanka / Ásia / Programa de bibliotecas eletrônicas / Uganda / África / Universidade Makerere / Kampala / Mongólia / Biblioteca pública de Ulaanbaatar / Livros eletrônicos / Livro físico / Sigrid Weiss / Ifla / International Federation of Library Associations and Institutions / Círculo de Leitura de Florianópolis / Biblioteca Central / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Biblioteca de São Paulo / Parque da Juventude / Parque Villa-Lobos

8/9 NOTÍCIAS DO DIA FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 10 E 11/9/2016



Como será a **BIBLIOTECA** do futuro

O lugar de guarda das coleções de livros vai se tornar um espaço colaborativo e social

PAULO CLÓVIS SCHMITZ
pc@noticiasodia.com.br

Moradores de regiões remotas do Sri Lanka, no sul da Ásia, recebem capacitação em computação básica por meio de 300 centros criados por um programa de bibliotecas eletrônicas. Em Uganda, na África, a biblioteca da Universidade Makerere (sediada em Kampala, capital do país) recompila e fornece a profissionais que atuam em áreas agrícolas sem acesso à internet materiais impressos que ajudam nos programas de cuidado com a saúde. Na Mongólia, a biblioteca pública de Ulaanbaatar participa de um programa de construção de estúdios para a gravação de livros digitais destinados aos cegos do país.

Estes três exemplos, “pescados” entre outras boas práticas realizadas em diferentes partes do mundo, desmontam a previsão de que as bibliotecas estão

fadadas a desaparecer, ou murchar em tamanho, com o advento e a disseminação dos livros eletrônicos. Além de ser um processo lento, que reservará tempo para a convivência harmônica entre o livro físico e o virtual, a transformação das bibliotecas não será no sentido da extinção do modelo vigente, mas de sua adequação às novas demandas. “Elas estão acordando para o seu papel social”, diz a bibliotecária Sigrid Weiss, que é membro da comissão latino-americana do Ifla (International Federation of Library Associations and Institutions).

Ao participar do Círculo de Leitura de Florianópolis, evento que acontece na Biblioteca Central da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), Sigrid Weiss previu que as bibliotecas irão além da guarda de coleções – serão espaços colaborativos e de socialização e, em casos específicos, se prestarão ao papel de locais de criação e construção coletiva. Em muitas delas, a par dos livros (também em braille e no Kindle, o livro digital da Amazon), já há jogos eletrônicos, acesso aberto à internet, salas de criatividade e oferta de oficinas e cursos em diferentes áreas.

“Nos Estados Unidos e na Europa, elas já são utilizadas para gerar ideias, empreender, fazer novas descobertas”, diz a bibliotecária. Há exemplos de parcerias com governos que promovem a inclusão digital, a prestação de serviços, a ocupação dos jovens após a escola e a realização de atividades artísticas. O novo conceito de biblioteca leva em conta que o acesso amplo à informação é que torna alguém um cidadão pleno.

Próximo de nós, o exemplo da Colômbia é comumente citado por ser um case bem-sucedido de transformação de uma realidade problemática, de violência e caos social, por meio de bibliotecas. A cidade de Medellín, no noroeste do país, urbanizou favelas, levou teleféricos aos morros, criou parques na periferia – e implantou bibliotecas onde até bebês participam de atividades lúdicas, e jovens e crianças, além de livros, encontram outras atrações para se ocupar, deixando as ruas e o contato cotidiano com o tráfico de drogas. No Brasil, esse modelo já foi introduzido na Biblioteca de São Paulo, no Parque da Juventude (onde já funcionou a casa de detenção do Carandiru), e na biblioteca do Parque Villa-Lobos, também na capital paulista. Ali, foi adotado um conceito comum às grandes livrarias – atrair leitores com opções de diversão e aprendizado.



FOTOS: MARCO SANTICCHIO

Sigrid Weiss observa que as bibliotecas estão acordando para o seu papel social nas comunidades e cidades

Notícias do Dia Caminhos da Natureza "Parque para o Córrego"

Parque para o Córrego / Itacorubi / Floram / Urbanização / Preservação ambiental / Florianópolis / Parque Linear do Córrego Grande / Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis / Amosc / Associação dos Moradores do Sertão do Córrego Grande / Patrimônio ecológico / Volnei Ivo Carlin / Fórum da Bacia do Itacorubi / Antônio Carlos Simas / Educação ambiental / César Floriano dos Santos / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / TAC / Termo de Ajuste de Conduta / Ministério Público de Santa Catarina



Parque para o Córrego

Comunidades da Bacia do Itacorubi e Floram retomam discussão sobre urbanização e preservação ambiental

Adequar a infraestrutura urbana à preservação ambiental numa das regiões mais visadas pelo setor imobiliário de Florianópolis, com garantia de qualidade de vida aos moradores e prestadores de serviços, é um dos conceitos do Parque Linear do Córrego Grande. Mais do que conceito, a implantação da faixa de proteção do curso d'água, da encosta do maciço da Costeira ao manguezal da baía Norte, é um desafio para organizações comunitárias da bacia do Itacorubi, que desde a década de 1990 discutem o tema.

Para tentar transformar o projeto em realidade, nova apresentação da proposta oficial está marcada para este sábado, a partir das 9h30, pela Floram (Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis). Durante a reunião na sede da Amosc (Associação dos Moradores do Sertão do Córrego Grande), serão detalhadas as principais propostas para preservação dos diferentes ecossistemas da região.

Estão em jogo a qualidade de vida da população e o patrimônio ecológico, tudo em razão da forte demanda de especulação imobiliária da região", ressalta o superintendente da Floram, Volnei Ivo Carlin. Serviços de drenagem pluvial e implantação da rede de esgoto sanitário dos bairros da bacia do Itacorubi são prioridades, afirma o superintendente.

Representante da Floram no Fórum da Bacia do Itacorubi, o diretor geral Antônio Carlos Simas diz que a intenção, depois da implantação do projeto, é fomentar a educação ambiental. Para isso, pretende explorar as trilhas existentes e as-vertentes do poço que, mais abaixo, se transformam no córrego, que nem é tão grande assim, mas deu nome ao bairro vizinho.

O projeto original do Parque Linear do Córrego Grande foi idealizado pelo morador e arquiteto César Floriano dos Santos e desenvolvido na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). O esboço paisagístico e arquitetônico começou em 2007, em parceria com o Fórum da Bacia do Itacorubi, com lideranças locais.

Em 2012, TAC (Termo de Ajuste de Conduta) assinado no Ministério Público de Santa Catarina obrigou construtoras de edifícios na área da Fazendinha a comprar área de 4.000 metros quadrados para construção da sede da Associação de Moradores do Sertão do Córrego Grande. Também fizeram melhorias na praça da comunidade. ●

Poço é ponto de encontro e símbolo natural da comunidade



“Saneamento básico é fundamental para garantir qualidade de vida à comunidade e ao meio ambiente.”
Volnei Ivo Carlin, Floram

Arquitetura da UFSC cria projeto original

■ O parque linear para reurbanização da Bacia do Itacorubi começou a ser elaborado em 2007 na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), em parceria com as comunidades do entorno. Professor de arquitetura e morador no Sertão do Córrego Grande, Cesar Floriano criou o conceito e assinou os projetos paisagísticos e arquitetônicos junto com outros profissionais contratados por construtoras que investiram no bairro

Presidente da Associação dos Moradores do Sertão do Córrego Grande, Floriano imaginou praças, ciclovia, áreas de convivência, caminhadas nas trilhas, saneamento básico e controle da ocupação. Todas as áreas reservadas a obras ainda dependem da aprovação do Plano Diretor de Florianópolis. Para as lideranças comunitárias envolvidas, no entanto, a retomada dos debates pode ser mais um passo em direção ao parque.

Parque linear

O QUE É

- Faixa de seis quilômetros para proteção ambiental que segue a linha do Córrego Grande, do poço (na encosta) ao manguezal (na foz, na baía Norte)
- No trajeto, construção de ciclovia, equipamentos de lazer, escola e creche públicas e estacionamento.
- Trilha para caminhadas, piqueniques e banho nas piscinas naturais do poço.

COMITÊ GESTOR

- Fórum da Bacia do Itacorubi
- Associação dos Moradores do Sertão do Córrego Grande
- Conselho Comunitário do Córrego Grande
- Associação dos Moradores do Jardim Anchieta
- Conselho Comunitário de Segurança da Bacia do Itacorubi
- Associação Comunitária Jardim Santa Mônica
- Conselho Comunitário dos loteamentos Jardim Anchieta, Flor da Ilha e Jardim Germânia

FONTE: FLORAM

Notícias do Dia

Carlos Damião

“A cidade de Nossa Senhora dos Aterros”

A cidade de Nossa Senhora dos Aterros / Ilha de Santa Catarina / Florianópolis / Nossa Senhora do Desterro / Fábio Brüggemann / DNOS / Departamento Nacional de Obras e Saneamento / Avenida Rubens de Arruda Ramos / Beira-Mar Norte / Luiz Felipe Gama D’Eça / UFSC / Rua Lauro Linhares / Trindade / Jorge Bornhausen / Henrique Córdova / Manguezal / Itacorubi / Duplicação da Rua Deputado Antônio Edu Vieira / Pantanal / Ipuç / Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis / Paulo Afonso Vieira / Esperidião Amin / Luiz Henrique da Silveira / Colombo Salles / Sistema viário / Estreito / Avenida Poeta Zininho / Beira-Mar Continental / Angela Amim / Dário Berger



Carlos Damião

carlosdamião@gmail.com
twitter:@damião_ND



Acompanhe a coluna no NOnline

8/9. NOTÍCIAS DO DIA
FLORIANÓPOLIS, SÁBADO E DOMINGO, 10 E 11 DE SETEMBRO DE 2016

A cidade de Nossa Senhora

O miolo central da Ilha de Santa Catarina foi sendo ajeitado aos poucos, ao longo de muito tempo, para suportar a expansão da malha viária e das edificações públicas, nuns tempos em que não era possível descentralizar Florianópolis. Esse ajeitamento se deu com a formação de inúmeros aterros, que ganharam acréscimos importantes até a década de 1970. Por conta disso, a velha Nossa Senhora do Desterro e, depois, Florianópolis (desde 1894), é chamada pejorativamente – e não sem razão – de “Nossa Senhora dos Aterros”, termo criado, salvo engano, pelo poeta e editor Fábio Brüggemann.

Uma cidade que tinha a originalidade de uma aldeia perdeu parte de sua identidade em função justamente dos aterros, que afastaram o mar de sua área central. Só na baía Sul foram quatro, começando com a Prainha – que tinha esse nome porque era uma praiinha –, depois o chamado “aterro do DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento)”, o aterro da Baía Sul e, finalmente, o aterro da Via Expressa Sul. Os dois últimos foram fundamentais para viabilizar um novo sistema viário, capaz de desafogar o trânsito no Centro e no sentido Sul/Leste da ilha e aeroporto (lembrando que a Expressa Sul parou quase no meio, por causa de problemas ambientais). ●

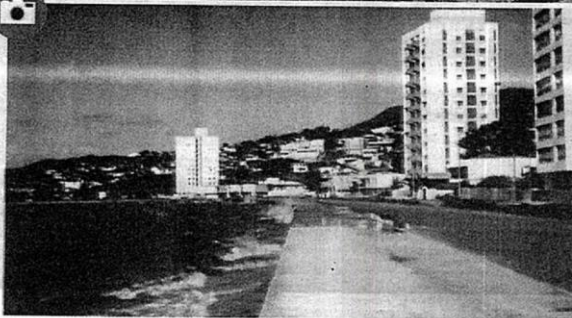
O fim da Praia de Fora

Mas não foram os únicos aterros que mudaram o cenário da cidade. Ainda na parte central da ilha destacam-se os dois aterros da baía Norte. O primeiro, no final da década de 1960, viabilizou a implantação da Avenida Rubens de Arruda Ramos (Beira-Mar Norte), no trecho entre o final da Rua Felipe Schmidt e as imediações da chamada Pedra Grande, hoje bairro da Agronômica, onde está uma famosa rede de fast food. Entre outros danos, acabou com a charmosa Praia de Fora, onde o povo do Centro tomava seus banhos de mar.

Os planejadores da época, como o arquiteto Luiz Felipe Gama D’Eça, já imaginavam essa via ligando o Centro ao campus da UFSC, uma vez que o trajeto pela rua Lauro Linhares (Trindade) deveria ficar saturado em pouco tempo, devido ao próprio crescimento da universidade. Não demorou muito para que surgisse o projeto definitivo da ligação, chamada de Via Expressa Norte, emendando o Terminal Rita Maria até a UFSC, mas com um novo aterro, que garantisse as seis pistas, mais o passeio, com ciclovia. Foi no governo de Jorge Bornhausen e Henrique Córdova (1979-1983). Além do aterro, a Via Expressa Norte rasgou boa parte do manguezal do Itacorubi, coisa impensável nos dias de hoje, devido às rigorosas leis ambientais.



1976



Primeira forma da avenida Rubens de Arruda Ramos (Beira-Mar Norte), há 40 anos: aterros acabaram com a Praia de Fora

2016



Uma panorâmica da região com aterro



MARCO SANTIAGO/OND

FLÁVIO TIN/OND



Quando a descentralização urbana não era possível, os governantes recorreram à fácil solução de afastar o mar da cidade

dos Aterros

O aterro e a passarela jardim

O aterro da Baía Sul é um caso à parte. Foi planejado cuidadosamente pela equipe do governador Colombo Salles (1971-1975). Ele me disse em entrevista que o aterro era inevitável, não havia como implantar a segunda ponte, que levou o nome dele, sem um complexo sistema viário, com equipamentos urbanos importantes, inclusive quadras esportivas e praças. O projeto urbanístico, como é do conhecimento geral, acabou engavetado e deu lugar ao tradicional "jeitinho", com inúmeros puxadinhos que não têm qualquer relação com aquilo que Burle Marx planejou.

Monstros arquitetonicos foram construídos por causa da rala preocupação do poder público com a estética, e justamente na entrada da cidade! São os casos do Centro Sul, do caixotão chamado de Passarela do Samba Nego Quirido, dos terminais de ônibus, do pincípio da Casan, só para destacar algumas intervenções amadorísticas. Havia ainda o Camêlôdromo Centro Sul e o Direto do Campo, já demolidos, que igualmente integravam a feitura urbanística. A única exceção é o prédio do Terminal Rodoviário Rita Maria, resultado de um belo projeto desenvolvido na década de 1970.

A prefeitura tem um projeto interessante para a revitalização do aterro da Baía Sul, formulado na gestão do arquiteto e professor Daimo Vieira Filho à frente do IpuF. Mas a proposta da Passarela Jardim, bonita e adequada à modernidade e à estética, acabou nas gavetas da burocracia, por falta de recursos. E a coisa em Florianópolis é sempre assim: às vezes sobram talento e boa vontade, mas falta o dinheiro necessário.

Intervenção no Continente

No Estreito, a avenida Poeta Zininho (Beira-Mar Continental) surgiu também de um grande aterro, que teve início na gestão de Angela Amin (1997-2004) e foi concluído na administração de Dario Berger (2005-2012). Mas a ideia original é que a opção viária seja prolongada até o Jardim Atlântico (mais aterro) e à futura Beira-Mar de Barreiros, São José (outro aterro), encontrando-se ao final com a BR-101 e tornando-se um caminho alternativo à Via Expressa da BR-282 para acessar a rodovia federal. A execução desses projetos continua na gaveta por falta de recursos.

A duplicação da Edu Vieira

Originalmente, a Via Expressa Norte – hoje chamada genericamente de Avenida Beira-Mar Norte – deveria se ligar à projetada Via Expressa Sul, por meio da duplicação da rua Deputado Antônio Edu Vieira, no Pantanal. Essa novela, da duplicação, tem mais de 35 anos. E, pelo visto até aqui, não vai cumprir seu objetivo primordial, de promover a formação de um anel viário de contorno do Maciço do Morro da Cruz – a ideia era o motorista sair, por exemplo, do Terminal Rodoviário Rita Maria rumo ao Norte e retornar ao mesmo ponto, pelo Sul, trafegando por vias modernas e adequadas à mobilidade urbana – e sem sinaléticas. Quando se imaginou isso, ainda na década de 1970, Florianópolis não tinha nem 30% dos problemas de trânsito que tem hoje. Mas os urbanistas da época, como o arquiteto Gama D'Eça, enxergavam bem à frente de seu tempo.

A Via Expressa Sul surgiu nas pranchetas de Gama D'Eça e dos profissionais do governo do Estado e do IpuF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis). Foi desenhada nos anos 1970, mas a implantação do aterro teve início apenas no governo de Paulo Afonso Vieira (1995-1998), sendo concluído em etapas pelos governadores seguintes, Esperidião Amin (1999-2002) e Luiz Henrique da Silveira (2003-2010). Está até hoje incompleta, em função de demandas urbanísticas e, especialmente, ambientais.



ACERVO CARLOS DAKILIANO

Uma panorâmica da região central, registrada entre 1955 e 1957: sem aterro, ainda tinha aspecto de aldeia

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

Notícias dia 10/09/2016

UFSC apresenta ônibus elétrico para transporte de alunos, professores e técnicos

Notícias dia 11/09/2016

Semana Inclusiva: Biblioteca Pública de Santa Catarina recebe palestras sobre Libras

"Vou fazer 70 anos, não vou manchar minha biografia", garante Roberto Amaral, candidato em Lages